

## **INICIATIVA IBERO-AMERICANA**

Título da Iniciativa:

**Construção de uma metodologia para a abordagem e formalização de saberes e práticas ancestrais das populações de origem relacionada com problemáticas associadas com a gestão integral de riscos.**

País proponente: **Argentina através da Comissão Cascos Blancos**

Países participantes: **Argentina, Bolívia, Equador, Guatemala e Peru**

Área Temática:

A presente iniciativa inscreve-se na área prioritária de **Coesão social** definida pelos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula Ibero-Americana de Santiago do Chile, 2007, e os Responsáveis pela Cooperação e **Gestão Integral de Riscos**.

A proposta de desenvolvimento de uma ferramenta metodológica para a recuperação de saberes das populações de origem que sirva de contributo para o desenvolvimento de acções e políticas públicas, aponte para o desenvolvimento e/ou consolidação da organização comunitária para o fortalecimento da capacidade de resposta a nível local de problemáticas associadas com a gestão integral de riscos.

Ano de apresentação: **2010**

Data de início e duração: **15 meses a partir de Março de 2011** (data prevista)

Custo da Iniciativa: **USD 88.880**

## **Documento da Iniciativa**

### **1. - Justificação e contexto da Iniciativa**

Considerando o Memorando de Entendimento SEGIB – Comissão Cascos Blancos, as áreas de incumbência do organismo, a sua rede de 15 pontos focais na América Latina e Caribe e o interesse temático expresso por diferentes países da região, Cascos Blancos coloca à consideração este projecto de Iniciativa de Cooperação, apresentado pela Argentina à SEGIB, destinado a favorecer a recuperação de saberes ancestrais das populações de origem.

A proposta inscreve-se na modalidade de Cooperação Sul-Sul e contempla as perspectivas étnicas e um enfoque de género, linhas directivas da Cooperação Ibero-Americana, que sustém que deve ter-se em conta a situação da população indígena e afro-descendente, tanto na concepção como na execução das iniciativas, como também as relações e a equidade de género e a situação geral da mulher.

A decisão de elaborar uma proposta de Iniciativa, assim como o prazo e o orçamento da proposta, fundam-se no critério de considerar esta proposta como uma experiência piloto e uma primeira etapa de um processo que aspira ampliar-se e consolidar-se noutros países da região, em etapas posteriores.

A frequência e diversidade de ameaças naturais e a magnitude dos danos e perdas materiais e humanas associadas a eventos adversos geraram uma nova visão dos factores que permitem explorar os níveis de destruição e o impacto sofrido na economia e na sociedade.

A percepção social do risco e das vulnerabilidades comunitárias são produto de uma construção histórica num determinado território, e concretiza-se, entre outros aspectos, na capacidade para reconhecer o perigo, nos saberes socialmente construídos e transmitidos que permitem atenuar o impacto do fenómeno, e no reconhecimento de espaços públicos ou privados que possam oferecer apoio efectivo. Tal construção social do risco dá-se a partir do entendimento das circunstâncias adversas como mais um componente do contexto social e ambiental e não como elementos externos, quer dizer, enquadrado no conjunto do sistema no qual se desenvolve a comunidade.

A organização, sistematização, formação e assistência que se agreguem a esses conhecimentos, possibilitarão uma melhor resposta, tanto na etapa preventiva como na mitigação dos efeitos económicos e humanos perante emergências ou desastres. Actuar numa comunidade com o objectivo de conhecer, resgatar e dar novo significado colectivo aos modos de sobrevivência locais implica uma série de processos negociados, socialmente construídos, que envolvem actores concretos, com memória colectiva e práticas que respondam ao próprio interesse de preservar a comunidade. **É importante destacar que os saberes ancestrais das populações indígenas representam um valor estratégico para o seu próprio desenvolvimento, para além contribuírem para o desenvolvimento sustentável.**

De qualquer forma, e para além das avaliações e considerações positivas que se possam fazer dos saberes ancestrais, tanto por parte de organismos internacionais, do mundo académico e inclusivamente dos próprios países, deve destacar-se a existência de um desfazamento entre esta ponderação e a recuperação efectiva destes saberes, e mais ainda da sua articulação com a prática e funcionamento de projectos e programas.

A partir desta proposta entende-se que – entre outros motivos – esta se deve à inexistência de uma ferramenta metodológica disponível para os diferentes países e culturas que permita

a recuperação e formalização de saberes e práticas ancestrais das populações de origem relacionada com problemáticas associadas à **gestão integral de riscos**.

Os outros factores que impediram a sua plena integração nos projectos relacionados com considerações político-históricas relacionadas com o legado do colonialismo, com factores ideológicos relacionados com a avaliação positiva dada ao conhecimento científico, com factores institucionais ligados à dificuldade de identificar e utilizar de forma proveitosa estes saberes ancestrais, ou com questões políticas que ligam as situações de emergência e de desastre com áreas ligadas à defesa e à segurança nacional, verticais e não participativas.

Até ao momento, o ênfase académico salienta o campo do conhecimento geofísico, os sistemas teóricos-técnicos e coloca os conhecimentos e as práticas locais num lugar secundário ou ignora-os simplesmente.

Neste sentido, *a articulação com as comunidades das populações de origem e a recuperação dos seus saberes que sirvam de contribuição para o desenvolvimento de acções e políticas públicas, contribuirá para dar sustentabilidade aos projectos realizados*, reforçando as redes sociais e construindo laços de confiança e respeito mútuo com as agências externas que participem. Este processo pode coadjuvar também o aumento do grau de resiliência das diversas comunidades ao torná-las menos dependentes da ajuda externa perante situações de emergência, e melhorar a concepção das actividades no campo, adequando-as à comunidade específica e às suas problemáticas particulares.

Assim, o enfoque proposto no projecto propõe uma comunicação intercultural nas intervenções humanitárias que hierarquize as necessidades e as estratégias a estabelecer perante as crises a partir da incorporação do ponto de vista da população afectada, num diálogo fluido com os restantes actores envolvidos e não a partir da perspectiva unidireccional daqueles que concebem ou dirigem um projecto.

## **2. - Países que participam na Iniciativa**

País proponente: **Argentina através da Comissão Cascos Blancos**

Países participantes: **Argentina, Bolívia, Equador, Guatemala e Peru**

## **3. – Localização geográfica**

Os parceiros nacionais definirão as localidades e as comunidades específicas das regiões onde estão localizadas as povoações das populações de origem, para o desenvolvimento das actividades previstas na Iniciativa.

## **4. - Destinatários da Iniciativa**

Os destinatários da proposta serão, em primeira instância, as organizações, instituições e comunidades indígenas das regiões seleccionadas em cada país; e os organismos específicos dos Estados participantes, nos seus diferentes níveis, relacionados com a temática. Os destinatários finais serão os governos de cada um dos países que sejam receptores, através das suas instâncias específicas, da ferramenta acordada como produto da Iniciativa.

Além da decisão última dos destinatários que recairá em cada parceiro nacional, sugere-se que se tenham presentes alguns critérios para a sua selecção:

- Localidade situada numa zona afectada por desastres e ameaças naturais e/ou antrópicas
- Que a comunidade seleccionada tenha uma longa história de instalação na zona
- Grau de organização e consolidação da comunidade

- Existência de experiências prévias ou tentativas de recuperação de saberes e práticas das populações de origem

## 5. - Objectivos da Iniciativa

### Objectivo Geral:

- Propiciar a construção de uma metodologia para a abordagem e formalização de saberes e práticas ancestrais das populações originárias relacionada com problemáticas associadas à **gestão integral de riscos** na Argentina, Bolívia, Equador, Guatemala e Peru.

### Objectivo/s específico/s:

- Construir uma ferramenta metodológica para a recuperação e formalização de saberes e práticas ancestrais das populações de origem relacionada com problemáticas associadas com a **gestão integral de riscos**, que possa ser aplicada a diferentes países e culturas.
- Registar saberes e práticas ancestrais relacionadas com problemáticas associadas com a gestão integral de riscos (e que sejam úteis) para fortalecer a capacidade de resposta a nível local e a elaboração de políticas públicas vinculadas com a gestão de risco de desastres e assistência humanitária.

## 6. - Principais actividades:

1. Um (1) Encontro da coordenação geral do projecto com cada parceiro nacional representado por organizações governamentais e não governamentais relacionadas com a temática, para analisar as directivas gerais e conteúdos do projecto, ferramentas básicas e critérios para a abordagem e formalização dos saberes ancestrais no campo. Critérios para a selecção de populações e comunidades.
2. Apresentação, a cargo do coordenador nacional e da sua equipa, da proposta a nível das populações e comunidades seleccionadas para o desenvolvimento da experiência. Apresentação dos objectivos e da metodologia a implementar nos workshops.
3. Workshops comunitários com representantes das populações seleccionadas, para analisar o papel da organização comunitária no âmbito de uma gestão integral de riscos, problemas e ameaças que a comunidade enfrenta, e registar saberes e práticas ancestrais relacionadas com estas problemáticas<sup>1</sup>.
4. Encontro da coordenação nacional (junto aos restantes participantes da actividade 1) com representantes de organizações/instituições indígenas para analisar os resultados e formalizar os saberes registados nos workshops, e proceder à sua sistematização para que possam ser replicados.
5. Encontro de trabalho conjunto de todas as coordenações nacionais dos países participantes, para sintetizar e acordar, com base nos distintos produtos nacionais, uma ferramenta metodológica, em condições de ser replicada. Produto esperado: Ferramenta metodológica disponível para países e comunidades.
6. Encontros regionais e locais em cada país para a validação da ferramenta metodológica acordada através de workshops e visitas a diferentes comunidades.

---

<sup>1</sup>) Esta modalidade de workshops possibilitará configurar um âmbito comum onde se possa distinguir, receber, documentar e registar as diversas experiências e saberes comunitários de forma a que constituam uma ferramenta de alteração eficaz na planificação de futuras acções.

7. Elaboração de uma crónica por país que recupere histórias, relatos ou saberes registados durante o desenvolvimento da iniciativa.

Ao longo deste processo utilizar-se-ão diferentes tipos de técnicas de acordo com cada caso concreto e as suas possibilidades de abordagem. A lista que se apresenta em seguida não pretende incluir todas as alternativas disponíveis, nem implica que todas elas devam ser utilizadas.

- Técnicas participativas de diagnóstico comunitário;
- Técnicas de educação popular: dinâmicas de apresentação e de animação;
- Trabalho em equipa com linhas orientadoras: aplicação de procedimentos a situações hipotéticas e a situações reais;
- Exercícios dirigidos à elaboração de mapas de riscos e a identificação de danos e de necessidades;
- Planificação de possíveis actividades de indução à formação de voluntários comunitários;
- Exercícios de grupo para a recuperação de saberes e práticas ancestrais.

Para a construção dos dados poder-se-ão realizar entrevistas individuais em profundidade e semi-estruturadas, a informadores chave da comunidade, variando género, classe e grupos de pertença. Estas entrevistas poderão ser complementadas com observações e registos que a própria comunidade considere pertinentes.

## **7. - Integração de Género e Etnia**

O objectivo de desenvolver uma ferramenta metodológica para a recuperação e formalização dos saberes e práticas ancestrais das populações de origem aponta para dar novo significado ao papel da memória como ferramenta para a preservação e desenvolvimento da comunidade, garantir a transmissão de saberes nas próprias comunidades e nas novas gerações e favorecer a transmissão das boas experiências e lições aprendidas a outras populações. Daí que o projecto dê ênfase à representação de diferentes etnias nas actividades previstas no mesmo.

A proposta assenta no princípio que considera que a articulação com as comunidades das populações de origem e a recuperação dos seus saberes e práticas como contribuição para o desenvolvimento de acções comunitárias e políticas públicas, dará sustentabilidade aos projectos realizados, reforçando as redes sociais e construindo laços de confiança e respeito mútuo que favorecerão o prolongamento dos prazos previstos no projecto.

Por outro lado, o enfoque de género percorre transversalmente o projecto, uma vez que abarca a totalidade das actividades previstas, tanto a nível dos destinatários como na representação das comunidades locais, em que se destaca de forma especial o papel que as mulheres desempenham, entre outros, em actividades relacionadas com a prevenção e mitigação de situações de risco; como replicadoras e transmissoras de saberes no seio das suas famílias e comunidades, e como organizadoras comunitárias.

## **8. - Indicadores e seguimento**

| <b>Resultados Esperados</b> | <b>Indicadores de Seguimento</b> | <b>Informação de Base</b> |
|-----------------------------|----------------------------------|---------------------------|
| <b>A nível do Objectivo</b> |                                  |                           |

| Resultados Esperados  | Indicadores de Seguimento  | Informação de Base   |
|---|--|--|
| <b>Geral</b>  |  |  |
| <p>Consenso em torno de uma metodologia para a recuperação e formalização de saberes e práticas ancestrais relacionada com problemáticas associadas com a <b>gestão integral de riscos</b> das populações originárias da Argentina, Bolívia, Equador, Guatemala e Peru.</p> | <p><b>Actas, resoluções ou documentos que expressem os acordos alcançados entre a coordenação geral do projecto, os parceiros nacionais e os representantes de organizações de populações de origem,</b> em relação às directivas gerais do projecto, ferramentas básicas e critérios para a abordagem e formalização dos saberes ancestrais no campo.</p> <p><b>- Consensos alcançados entre a coordenação geral e todas as coordenações nacionais em relação a uma abordagem metodológica comum e em condições de ser replicada nas diferentes comunidades, expressos em actas, documentos ou resoluções conjuntas</b></p> | <p><b>Documentação dos países intervenientes (governamental e não governamental)</b> a ser apresentada durante o período decorrido entre a apresentação da Iniciativa e o início das actividades</p> |
| <b>A nível dos Objectivos específicos</b>   |  |  |
| <p>1.- Ferramenta metodológica formalizada para a recuperação de saberes e práticas ancestrais relacionadas com problemáticas associadas com a <b>gestão integral de riscos</b> e em condições de ser replicada por diferentes países e culturas</p>                        | <p><b>- Reuniões de trabalho realizadas</b> entre a coordenação nacional (junto aos restantes participantes da actividade 1) e os representantes de organizações/ instituições indígenas para analisar os resultados e formalizar os saberes registados nos seus workshops, e proceder à sua sistematização para a réplica</p> <p><b>- Nº de validações</b></p>  | <p><b>Documentação dos países intervenientes (governamental e não governamental)</b> a ser apresentada durante o período decorrido entre a apresentação da Iniciativa e o início das actividades</p> |

| Resultados Esperados   | Indicadores de Seguimento   | Informação de Base  |
|--|---|---|
|  | <b>da ferramenta metodológica realizadas</b> no interior de cada país   |   |
| 2.- Registo de saberes e práticas ancestrais relacionadas com problemáticas associadas com a gestão integral de riscos, para fortalecer a capacidade de resposta a nível local e a elaboração de políticas públicas vinculadas à gestão de risco de desastre e assistência humanitária | <p>- <b>Nº de apresentações realizadas pela coordenação nacional e pela sua equipa</b> perante populações e comunidades seleccionadas, dos objectivos da proposta e a metodologia a desenvolver nos workshops.</p> <p>- <b>Quantidade de Workshops comunitários realizados</b> com representantes indígenas das populações seleccionadas, para analisar o papel da organização comunitária no âmbito de uma gestão integral de riscos, problemas e ameaças que afectem essa comunidade.</p> <p>- <b>Nº de relatos / experiências e práticas ancestrais registadas</b> vinculados a estas problemáticas.</p> | <b>Documentação dos países intervenientes (governamental e não governamental)</b> a ser apresentada durante o período decorrido entre a apresentação da Iniciativa e o início das actividades |

## 9. - Organização da Iniciativa.

A Coordenação Geral da Iniciativa ficará a cargo de um Coordenador Geral seleccionado pela Comissão Cascos Blancos, acompanhado por um Coordenador Nacional de cada um dos países participantes.

Cada Executivo nacional reportará ao organismo estatal que funcionará como parceiro nacional, e ao Coordenador Nacional que será responsável pela implementação das actividades previstas pela Iniciativa no seu país, e a disponibilidade dos recursos – em espécie ou dinheiro – que cada Estado nacional disponibilize.

Será responsável pelo destacamento de profissionais idóneos de acordo com os perfis previstos na Iniciativa.

## 10. - Cronograma básico e orçamento da Iniciativa.

### Cronograma Básico

**Actividade 1:** Meses 1 e 2

**Actividade 2:** Meses 3 e 4

**Actividade 3:** Meses 5 e 6

**Actividade 4:** Mês 7

**Actividade 5:** Mês 8

**Actividade 6:** Meses 9, 10, 11 e 12

**Actividade 7:** Mês 13

**Encerramento do projecto e elaboração do Relatório Final:** Meses 14 e 15

### Orçamento

#### Gastos a cargo da Comissão Cascos Blancos

Correspondem às viagens e subsídios de viagem da coordenação geral, relacionados com a reunião inicial com cada um dos parceiros nacionais (Actividade 1); uma segunda viagem para avaliar o desenvolvimento de actividades ou situações de validação da ferramenta, e uma viagem da coordenação geral e cada coordenação nacional à cidade que se designe para desenvolver uma reunião de encerramento. Também compreende a concepção, elaboração e impressão de uma publicação modelo (1.000 exemplares).

|  |               |                  |
|--|---------------|------------------|
| BUE-QUITO-BUE (2)                      | USD 1034 x 2: | USD 2.068        |
| BUE-GUATEMALA-BUE (2)                  | USD 1478 x 2  | USD 2.956        |
| BUE-LA PAZ-BUE (3)                     | USD 422 x 3   | USD 1.266        |
| BUE-LIMA-BUE (2)                       | USD 800 x 2   | USD 1.600        |
| BUE-SALTA-BUE (2)                      | USD 337 x 2   | USD 754          |
| <b>Total viagens coordenação geral</b> |               | <b>USD 8.644</b> |

|   |                             |                  |
|---|-----------------------------|------------------|
| QUITO....   | USD 190 por dia por 7 dias  | USD 1.330        |
| GUATEMALA   | USD 190 por dia por 7 dias  | USD 1.330        |
| LA PAZ  | USD 157 por dia por 10 dias | USD 1.570        |
| LIMA  | USD 163 por dia por 10 dias | USD 1.630        |
| SALTA   | USD 70 por dia por 7 dias   | USD 490          |
| <b>Total subsídio de viagem de coordenação Cascos Blanc</b> |                             | <b>USD 6.350</b> |

|   |                 |                  |
|---|-----------------|------------------|
| BUE-LA PAZ-BUE  |                 | USD 422          |
| QUITO- LA PAZ- QUITO (estimado)                                       |                 | USD 400          |
| GUATEMALA- LA PAZ – GUATEMALA (estimado) .....                        | USD 480         |                  |
| LIMA-LA PAZ-LIMA  |                 | USD 700          |
| Subsídio viagens dos 4 coordenadores nacionais em La Paz              | USD 157/dia x 3 | USD 1.884        |
| <b>Total viagens e subsídios de viagem de coordenadores nacionais</b> |                 |                  |
| <b>Reunião Final</b>  |                 | <b>USD 3.886</b> |

**Publicação** **USD 10.000**

Inclui criação, concepção, maquetagem, correcção do texto e



Fotolitos. Impressão de 1000 livros de capa dura com cerca de 60 páginas, dimensão 28 x 20 cm

**TOTAL DE GASTOS DA COMISSÃO CASCOS BLANCOS -----USD 28.880**

**Contribuições dos 5 países ----- USD**  
**60.000**

Argentina, Bolívia, Equador, Guatemala e Peru contribuirão com **USD 12.000 cada um**, em dinheiro ou espécie, para as actividades previstas pela Iniciativa no seu território (reuniões, workshops, deslocações internas, alimentação para workshops comunitários, locais para workshops e equipamento, etc.)

A Comissão Cascos Blancos encarregar-se-á de contribuir com os **USD 12.000** correspondentes à Argentina.

**Custo total da Iniciativa ----- USD**  
**88.880**

**Pedido de financiamento externo ----- USD**  
**35.552**

Do **custo total** da Iniciativa (**USD 88.880**), **solicitar-se-á financiamento externo** para um total de **USD 35.552** que **correspondem a 40 % dos gastos imputados a Cascos Blancos (USD 11.552) + USD 24.000** correspondentes a **50% das contribuições totais comprometidas pela Bolívia, Equador, Guatemala e Peru.**

## **11. - Sustentabilidade**

A proposta fundamenta-se no princípio que a articulação com as comunidades das populações de origem proporciona sustentabilidade aos projectos realizados, reforça as redes sociais e constrói laços de confiança e respeito mútuo, facilitando a apreensão da proposta por parte das comunidades.

Neste mesmo sentido, este processo contribui para a construção de resiliência por parte das diversas comunidades, ao torná-las menos dependentes da ajuda externa perante situações de emergência, assim como para melhorar a concepção das actividades no campo, adequando-as à comunidade específica e às suas problemáticas particulares. Estes elementos propiciam a apropriação da proposta a nível das comunidades, conferindo-lhes sustentabilidade local.

Até ao momento, a articulação entre os saberes ancestrais e a prática e funcionamento de projectos e programas tem sido escassa, uma vez que o ênfase académico destacou o campo do conhecimento geofísico e os sistemas técnicos com sendo os mecanismos de resposta mais eficazes, ficando os conhecimentos e práticas locais num lugar secundário, ou sendo simplesmente excluídos.

Em termos institucionais, um dos elementos mais significativos em relação à sustentabilidade da proposta é constituído pela experiência de trabalho prévia que Cascos Blancos desenvolveu nos países participantes, em que teve como parceiros algumas das instituições envolvidas neste projecto, quer seja no âmbito de desenvolvimento dos projectos, em actividades de formação ou através da participação de equipas de voluntários Cascos Blancos perante situações de emergência.

Pode referir-se, com exemplo, o Projecto OEA-BID-Cascos Blancos: “Apoio da Iniciativa Cascos Blancos para a formação de um Voluntariado Nacional na Bolívia para a redução de riscos e apoio a desastres no âmbito da Lei do Serviço Voluntário” que se desenvolveu durante os meses de Abril e Maio de 2008, e em que Cascos Blancos teve como apoio o Vice-Ministério da Defesa Civil e Cooperação para o Desenvolvimento Integral.

O projecto teve como finalidade *“contribuir para melhorar a capacidade de resposta das comunidades locais perante desastres naturais ou causados pelo homem, através do desenvolvimento de um modelo de trabalho voluntário que articule o Estado (Defesa Civil), voluntariado e comunidades, e em condições de ser replicado noutras regiões, para a difusão, prevenção e diminuição de danos causados por diferentes tipos de emergências que afectam a Bolívia”*, a partir duma identificação prévia das necessidades mais urgentes da população no âmbito da organização de grupos de voluntários de assistência humanitária sob a coordenação da Defesa Civil.

No mesmo sentido poder-se-ia referir o Projecto BID / OEA / CCB - 02 / 2006, denominado “Apoio da Iniciativa Cascos Blancos para o fortalecimento do Voluntariado para a Assistência Humanitária no Equador”. Este projecto organizou um grupo de voluntários Cascos Blancos coordenado pela Secretaria de Gestão de Risco da Nação, cujos funcionários expressaram o interesse por recuperar experiências ancestrais utilizáveis nos mecanismos formais de alerta antecipada.

Por outro lado, o trabalho com a Secretaria de Segurança Alimentar da Guatemala permitiu a concepção de propostas organizativas de voluntários comunitários, com proeminência da participação de mulheres em actividades de prevenção e acções contra a fome em zonas habitadas por indígenas.

Por último, está em desenvolvimento um projecto tri-nacional Argentina-Bolívia-Paraguai, de fortalecimento das capacidades locais, instalados em municípios fronteiriços com forte população de origem, que constituirá um antecedente importante em termos de articulação com as comunidades, e fortalecerá as futuras actividades a realizar com a Iniciativa SEGIB.

## **12. - Sinergias e visibilidade.**

A Iniciativa enquadra-se nos campos de acção acordados no Memorando de Entendimento assinado perante a SEGIB pela Comissão Cascos Blancos no ano de 2008, entre os quais figuram a contribuição para o fortalecimento da participação da comunidade ibero-americana na consolidação dos mecanismos de resposta local em situações de emergência humanitária, assim como o fortalecimento, participação e desenvolvimento do voluntariado na Ibero-América. Por outro lado, está em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, com a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (ONU/EIRD), e as directivas do Quadro de Acção de Hyogo (2005-2015) para o aumento da resiliência das nações e comunidades perante os desastres.

A Iniciativa estará articulada com a SEGIB através do processo de seguimento e avaliação em concordância com o estipulado no Manual Operativo e anexos, aprovado na XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo (Montevideu, 2007). Informar-se-á relativamente à evolução da Iniciativa os organismos ou instâncias pertinentes da SEGIB (Cúpulas, Reuniões e Conferências Ibero-Americanas, Reuniões de Coordenadores Nacionais e de Responsáveis de Cooperação, Reuniões Ministeriais de Cultura) e promover-se-á a articulação da mesma com outros Programas e Iniciativas Ibero-Americanas.

Em relação à interacção com organismos internacionais, considera-se de fundamental importância articular as nossas acções, na medida do possível, com o Fundo Indígena. O Fundo, que constitui um Programa de Cooperação Ibero-Americana, é o único organismo multilateral de cooperação internacional de âmbito regional especializado na promoção do auto-desenvolvimento e o reconhecimento dos direitos das populações indígenas, cujos beneficiários – populações, comunidades e organizações indígenas – têm participação directa tanto nos planos, programas e projectos, como nos órgãos de governo e direcção. O Fundo Indígena, pela sua composição paritária e o seu carácter especializado, é capaz de convocar e estabelecer espaços de diálogo e concertação com os actores do desenvolvimento indígena: Populações Indígenas, Governos membros e Cooperação Internacional. A instituição promove a concertação no âmbito local, regional e internacional, através das instâncias consultivas, as reuniões intergovernamentais e reuniões inter-agenciais.

O Fundo Indígena estabelece uma política de apoio a programas e projectos que focaliza as suas acções nas populações, comunidades e organizações indígenas, e que conta com seis programas a nível da região da América Latina e Caribe nas áreas de *informação, concertação, formação, direitos, desenvolvimento com identidade e o fortalecimento institucional*.

Por outro lado, o Fundo Indígena inclui *Programas Emblemáticos* de alcance regional e alto impacto em temas estratégicos, que são resultado das decisões adoptadas e das propostas realizadas pelas próprias organizações indígenas representadas e associadas ao Fundo Indígena. Através dos Programas referidos, especificam-se as necessidades de proporcionar informação de qualidade sobre a situação das Populações Indígenas, formar e capacitar líderes, dirigentes e autoridades indígenas e concertar políticas públicas, programas e projectos.

Entre estes Programas, por exemplo, o *Programa de Formação e Capacitação* é uma iniciativa que trata de resgatar e institucionalizar o saber e o conhecimento das Populações Indígenas. Este programa é formado por dois grandes componentes: o Projecto da Universidade Indígena Intercultural (UII) e o Programa de Formação de Líderes na Região Andina (PFELICAN), com a criação de uma Escola de Governo e Políticas Públicas. A UII pretende incluir um curriculum académico que inclua os saberes indígenas e uma Cátedra Indígena Itinerante.

Para os efeitos dos objectivos desta proposta de Iniciativa, seria sem dúvida muito importante poder recuperar tanto as lições aprendidas, os âmbitos de participação desenvolvidos, assim como os conteúdos a desenvolver no curriculum académico acima referido.

Por outro lado, dado o interesse em fortalecer a integração cultural das populações de origem no seio dos âmbitos nacionais, e dar-lhe uma projecção num âmbito regional mais amplo, considera-se importante unir acções com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), que conta entre os seus objectivos cooperar “para conseguir uma maior eficácia na concepção e realização dos programas educativos, científicos, tecnológicos e culturais, em função das necessidades dos Estados Membros”, assim como “colaborar na difusão de uma cultura que, sem esquecer a idiosincrasia e as peculiaridades dos diferentes países, incorpore os códigos da modernidades para permitir assimilar os avanços globais da ciência e da tecnologia, revalorizando a própria identidade cultural e aproveitando as respostas que surjam da sua acumulação”.

No âmbito das organizações sociais, esta Iniciativa promoverá a sua participação nos diferentes momentos que a compõem, assim como uma forte interacção com as redes sociais comunitárias, através do trabalho conjunto com as comunidades, instituições e

organizações indígenas das regiões seleccionadas em cada país participante, e com os organismos institucionais específicos vinculados com a temática objecto da Iniciativa.

Em relação à **visibilidade da Iniciativa**, cabe destacar que o produto do seu trabalho consiste numa ferramenta metodológica disponível para os países e comunidades. Uma vez formalizada, prevê-se a sua publicação e difusão, não só entre os países participantes, como também em todos aqueles interessados na sua utilização, enriquecimento e transformação.

Prevê-se a articulação com os diversos países participantes, instituições e comunidades, e com os organismos e organizações regionais e multilaterais pertinentes, para a sua difusão tanto através dos comunicados institucionais e comunitários através da imprensa (local, regional e nacional), como em páginas oficiais da Internet – com os links correspondentes dos outros países participantes, organismos envolvidos, SEGIB, e o portal Ciberamérica -, assim como também a sua difusão e publicação através de eventos e entrevistas a referentes pelos mass media; acções direccionadas com ênfase nos principais destinatários da presente Iniciativa: as comunidades de populações de origem.

Para os diferentes encontros contar-se-á com folhetos informativos que caracterizem a Iniciativa e materiais de promoção.

### **13. - Alinhamento com os “Objectivos e Características da Cooperação Ibero-Americana”.**

A *“Recuperação de saberes e práticas ancestrais das populações de origem” e a sua formalização numa ferramenta que possa ser replicada em diferentes países e culturas* está em consonância com os objectivos previstos pela Cooperação Ibero-Americana de continuar a “impulsionar o fortalecimento da identidade Ibero-Americana através de actuações conjuntas no campo cultural, científico, educativo e técnico, assim com a solidariedade entre países”; e também com o objectivo de que os países possam apropriar-se dos produtos de cada Programa, projecto associado ou Iniciativa criem. Neste sentido, uma vez que a ferramenta tenha sido validada em cada um dos países participantes, será colocada à disposição de todos os países da região que a considerem de utilidade para o trabalho com as populações de origem e comunidades locais.

Por outro lado, o objectivo de *“formalizar os saberes ancestrais das populações de origem relacionados com problemáticas associadas com a gestão integral de riscos”*, está em consonância com as Metas de Desenvolvimento do Milénio, em especial aquelas que referem a erradicação da pobreza extrema e da fome; promover a igualdade de género e a participação das mulheres nas decisões; assegurar um meio ambiente sustentável, entre outras. Importa por fim destacar que as Metas de Desenvolvimento do Milénio constituem os eixos em que se baseiam as acções da Comissão Cascos Blancos.

**Setembro de 2010**